

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA: ANÁLISE A PARTIR DE COLETIVOS FEMINISTAS

INFORMATION AND MEMORY AS A FORM OF RESISTANCE: ANALYSIS FROM FEMINIST COLLECTIVES

Anna Raquel de Lemos Viana^a

Izabel França de Lima^b

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira^c

RESUMO

Objetivo: Analisar de que forma a dinâmica de estratégia de construção da memória, mobilizada por coletivos feministas, localizados na cidade de João, contribui para resistir às condições de subalternidade impostas às mulheres. **Metodologia:** O percurso metodológico desenvolve-se a partir de entrevistas semiestruturadas, realizadas em novembro de 2020, com mulheres participantes do coletivo. Para tratamento e análise dos dados, recorre-se à análise do discurso do sujeito coletivo (DSC). **Resultados:** Os resultados permitem enunciar que as feministas utilizam a informação e a memória como imperativo para a relação de uma subjetividade política e social com ações de conscientização, promovendo o empoderamento das mulheres. **Considerações:** Para promover a equidade de gênero e o empoderamento individual e coletivo das mulheres, é imprescindível a informação como dispositivo de poder.

Descritores: Informação. Memória. Resistência. Coletivos Feministas.

1 INTRODUÇÃO

Para promover a equidade de gênero e o empoderamento individual e coletivo das mulheres, é imprescindível a informação como dispositivo de poder, capaz de ressignificar sentidos sobre os direitos das mulheres com vistas a subverter as desigualdades de gênero (CÔRTE; ALVES; SILVA, 2015). Nesse aspecto, a Ciência da Informação tem se preocupado em desenvolver estudos que contribuam para

^a Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: annaraquellemoss@gmail.com

^b Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: belbib@gmail.com

^c Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: bernardinafreire@gmail.com

reduzir as desigualdades sociais e, conseqüentemente, para uma sociedade com mais equidade, todavia, ainda são tímidas as produções que articulam o campo informacional com os estudos de gênero (BUFREM; NASCIMENTO, 2012).

Assim, ressalta-se a relevância da informação como elemento de construção social, afinal esta é “a capacidade ilimitada de transformar culturalmente os indivíduos por meio de políticas públicas de informação, visando à inclusão social de todos” conforme reitera Aquino (2010, p. 32). Por conseguinte, sinaliza-se a importância que tanto homens quanto mulheres discutam sobre gênero, atuando como contranarrativa dos discursos hegemônicos predominantes que definem posições a serem ocupadas pelos sujeitos masculinos e inferiorizam as mulheres.

Marteleteo (1995, p. 4) ao corroborar esse entendimento afirma que “o objeto informação, enquanto forma instituída de memória, gestão, distribuição e recepção dos artefatos culturais, é o elemento de ligação entre as dimensões conjuntista-identitária e imaginária”. Sendo assim, a produção e a reprodução científica sobre esses estudos contribuem para a construção identitária e a forma como os sujeitos apreendem o mundo.

A autora assevera ainda que cultura e informação “são fenômenos interligados pela sua própria natureza” (MARTELETO, 1995, p. 90). A cultura funciona como uma espécie de memória, considerando que é transmitida por gerações e se encontra conservadora e reproduzível de artefatos simbólicos e materiais, portanto, depositária da informação social, mantendo a complexidade e a originalidade da sociedade humana. Já a informação remete à relação dos sujeitos com a realidade e com os artefatos criados pelas relações e práticas sociais. “Fenômeno de complexa configuração ou previsão, seja ela entendida como processo ou produto, é sempre uma probabilidade de sentido” (MARTELETO, 1995, p. 2). Dessa maneira, a cultura (linguagem, estética, visão de mundo, valores, costumes) perpassa a democratização do acesso e do uso da informação. Podemos dizer que à medida que a informação adquire significância para a produção social, cresce a responsabilidade social do campo científico dedicado ao seu estudo, organização e transferência (FREIRE, 2006).

Levando em conta que a cultura funciona como uma memória, pode-se inferir que esta é ao mesmo tempo conservadora e reproduzível de artefatos

simbólicos e materiais, portanto, depositária da informação social, mantendo a complexidade, originalidade e inovação da sociedade humana.

Do ponto de vista da memória, posta sob um olhar informacional, ela abre oportunidades para diversas pesquisas. A informação e a memória convergem no campo científico da Ciência da Informação, e isso contribui para minimizar as desigualdades sociais e ampliar o empoderamento de mulheres.

O artigo objetiva analisar de que forma a dinâmica de estratégia de construção da memória mobilizada por coletivos feministas, localizados na cidade de João Pessoa, contribui para resistir às condições de subalternidade impostas às mulheres. O aporte conceitual sugere que a transformação das relações de gênero requer o acesso à informação e controle sobre recursos materiais e simbólicos, permitindo que indivíduos de grupos subalternos se encontrem em rede, conscientizem-se e colaborem com a luta de causas sociais com mais rapidez e abrangência.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente, tomamos como campo de estudo três coletivos na cidade de João Pessoa, sob três perspectivas. A primeira é a de mulheres vinculadas à universidade (EmpodeRI); a segunda, ao mercado (Nossa Fala); e a terceira perspectiva, sem vínculo estrutural (Leia Mulheres JP) a fim de refletir em diferentes espaços.

Do ponto de vista da coleta de dados, optamos por um roteiro de entrevista semiestruturada, submetido à apreciação e anuência do Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba, aprovado por meio do Parecer de No. 4.618.613, sendo realizado em novembro de 2020. Nesse ponto, buscamos compreender: O que aconteceu com estas mulheres desde que entraram no coletivo? Quais as qualidades do coletivo e de que forma isso as afetaria? Se poderiam apontar algo que elas entendem como fragilidades e de que forma isso também as afeta? Para análise e tratamento dos dados, optamos pela da Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

O DSC “é utilizado para estudar conjuntos de discursos, formações discursivas ou representações sociais” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003, p. 16). Por

isso, sua escolha para a pesquisa foi conveniente por proporcionar o levantamento dos discursos das mulheres a partir das representações (pensamentos), consideradas como um discurso da realidade.

3 MEMÓRIA E IDENTIDADE NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Saracevic (1996) apresenta a Ciência da Informação como um campo que busca, em sua essência, atuar nos problemas de comunicação do conhecimento e registros entre os seres humanos, seja no âmbito social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação, sobretudo no que concerne às modernas tecnologias informacionais.

Nesta pesquisa, a informação é compreendida como uma construção humana a partir das representações do mundo exterior em associação às significações e interpretações advindas dos processos mentais (CAPURRO, 1985). A memória, como perspectiva cognitiva, apresenta a percepção da memória como encarregada de armazenar as informações. Ou seja, as percepções vivenciadas que se somam com as percepções vividas no presente. Constantemente, o passado e o presente se encontram e sofrem influência um do outro para criar o futuro.

Nessa perspectiva, a memória, sob o viés cognitivo, relaciona-se com a informação como fenômeno cognitivo discutido por Brookes (1981) e o paradigma cognitivo de Capurro (2003). “A memória, enquanto faculdade mental, cognitiva, retém informações, ou seja, a memória como processo mental estaria a priori na informação, pois conseguimos produzir informações, porque somos capazes antes, de ‘armazená-las’ e ‘processá-las’ em nossa mente” (SILVA; CAVALCANTE; NUNES, 2018, p. 98).

A memória também é vista por seu caráter social. Halbwachs (1990) refere que a memória coletiva é um conceito que consiste na ideia de que o indivíduo que lembra está inserido em contexto social, habituado por grupos de referência. Portanto, a memória, ao mesmo tempo em que é construída em grupo, é um trabalho do sujeito, e a capacidade de rememorar depende da ausência ou presença de outros que se constituem como grupos de referência, ou seja, um dado pode se tornar informação ou permanecer como dado. O destino será decidido de acordo com o grupo de referência. “A vitalidade das relações sociais

do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso” (HALBWACHS, p. 55, 1990).

O grupo de referência é entendido como um grupo de que o sujeito faz parte, não necessariamente de forma física, mas fundamentalmente estabelecendo-se uma comunidade de pensamentos. Na esteira dessa compreensão, Halbwachs conclui:

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que esse lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (HALBWACHS, 1990, p. 33).

A lembrança é o resultado do processo coletivo, quando se necessita de uma comunidade afetiva para o processo de reconhecimento e reconstrução. Logo, a reconstrução não é mera repetição linear de situações que ocorrem no passado, mas um resgate de forma ativa ancorado em preocupações e interesses atuais no contexto das relações sociais. O autor continua:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1990, p. 33).

Ao mencionar o lugar da memória na obra de Halbwachs, Cardini (1993, p. 12) sintetiza da seguinte:

[...] a grande protagonista da história é a memória coletiva, que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, refunda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido.

Nora (1993) corrobora a ideia de memória coletiva de Halbwachs, ao conceber, de maneira poética, a memória como “um grupo que ela une, o que quer

dizer que há tantas memórias quantos 100 grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (NORA, 1993, p. 9).

Em seu texto, ‘Entre Memória e história: a problemática dos lugares’, Nora (1993) desenvolve a prerrogativa de que a memória não mais existe, e sim, é revivida e ritualizada por indivíduos que buscam a identificação. “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (NORA, 1993, p. 12-13).

Os espaços de memória de Nora (1993) surgem como uma categoria em resposta à necessidade de identificar o sujeito contemporâneo. É uma mistura entre história e memória e momentos híbridos nos grupos específicos, sejam gêneros, étnicos, sexuais, comportamentais, de geração, que buscam ter acesso à memória viva e presente. “O passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre. É colocando em evidência toda a extensão que dele nos separa que nossa memória confessa sua verdade como operação que, de um golpe a suprime” (NORA, 1993, p. 19).

O autor explica que a memória não é um ato passivo de construção espontânea, porque é possível acessá-la e reconstruí-la para dar sentido à identidade. Para Nora (1993, p. 20), “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”.

Os lugares de memória se exprimem, então, como espaços de ritualização de memória-história, em que se pode ressuscitar a lembrança. Esses espaços são definidos a partir do critério de que “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual” (NORA, 1993, p. 21). Isso quer dizer que o ritual seria a reprodução de uma essência e de símbolos baseados em regras, de acordo com a cultural/comportamento. É, pois, por meio da prática em reunião de grupos característicos que é conferido um sentido, o qual “tido como função social ao lembrar aos membros de um grupo seus princípios, pode ser ferramenta de construção de uma totalidade para o grupo, e também tem como características formar os indivíduos envolvidos no grupo” (ARÉVALO, 2004, p. 22).

Os coletivos e as mulheres que estão envolvidos em seus contextos múltiplos usam o *Instagram* para contribuir, de forma significada, para produzir conteúdos sobre e para as mulheres, atribuir sentido e possibilitar a identificação e a associação. Esse lugar não deve ser compreendido como algo alheio, distante e desprovido de significado, mas de memória e que nos possibilite entender as relações existentes entre o coletivo e suas trajetórias de vida.

Explorando esse universo de materialidade simbólica do presente, ao usar o *Instagram*, as feministas apresentam o desejo de resgatar uma memória e legitimar a própria ação no presente, utilizando as redes sociais como espaço para se reconhecer o grupo social numa entidade ainda maior: “Há uma rede articulada dessas identidades diferentes, uma organização inconsciente da memória coletiva que nos cabe tornar consciente de si mesma. Os lugares de memória são nosso momento de história nacional” (NORA, 1993, p. 18). O *Instagram* é, portanto, um lugar de memória ao materializar os sentimentos e os interesses dos coletivos.

A memória, no contexto digital, adotada neste trabalho, indica que “as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) têm modificado as experiências informacionais e, por consequência, as experiências memorialísticas” (OLIVEIRA; OLIVEIRA; SILVA, 2015).

Há uma relação intrínseca entre memória e identidade. Candau (2012, p. 16) concorda ao afirmar que a memória tem grande proeminência na construção do sujeito e do coletivo:

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada, isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam e nutrem mutuamente. [...] os laços fundamentais entre memória e identidade e sobre o fato de que é a memória, faculdade primeira, que alimenta a identidade.

O sujeito, ao reconhecer suas lembranças, reconhece sua identidade. Pollak (1992) ao discutir sobre identidade e memória assevera que a memória é um elemento fundamental e singular na construção da identidade do sujeito, “um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (NORA, 1993, p. 19).

Assmann (2011), em seu livro ‘Espaços de recordação’, tem como eixo principal de sua argumentação a assertiva de que não há uma essência da

memória, ou seja, não só os indivíduos se lembram das coisas, mas também os grupos e as coletividades. Dessa forma, os modos de recordar são definidos de acordo com a cultura. Isso requer questões de tempo e formação cultural e considera mais a memória como vestígio ou armazenamento; como uma massa plástica constantemente reformulada sob as diferentes perspectivas do presente. A autora demonstra que questões ligadas à memória estão conectadas e intermediadas por diferentes interesses, sobretudo, em sua relação com o poder.

O desenvolvimento das materialidades das mídias memorativas assume, cada vez mais, a complexa construção, conservação e proteção da memória coletiva, que é viva, constantemente reformulada e alcança não somente a reprodução, mas também os meios de produção e de transmissão do conhecimento. A autora trabalha a memória partindo de duas possibilidades: *Ars*, que é o caminho da “arte da memória”, originada na mnemotécnica romana, e *Vis*, que leva à memória, à “potência”, a concepção nietzschiana da memória como força imanente.

Na *Ars*, a arte é usada como técnica, em referência à mnemotécnica romana, e transforma a técnica de aprendizado consciente, deslocando a audição para a visão. Um instrumento que possibilitava o “armazenamento confiável e a recuperação idêntica das informações inseridas na memória” (ASSMANN, 2011, p. 31). O armazenamento da memória “arte” é marcante no processo, que tem como finalidade a identidade entre o depósito e a recuperação da informação.

Já em relação à *Vis*, a memória, como potência, assume um caminho preponderante na constituição da identidade “paradigma da recordação formadora de identidade” (ASSMANN, 2011, p. 33). A memória, com ideia de coletivo e de conhecimento, funciona como uma força que, com suas próprias leis, recupera as informações.

Ao trazer a reflexão da autora para o contexto do Brasil, percebe-se que as memórias marcadas por históricos de violência não são, muitas vezes, problematizadas, e isso traz consequências muito negativas, pois relativizamos os acontecimentos estruturantes de uma sociedade violenta e machista. As mulheres, a universidade e toda a sociedade desempenham um papel fundamental para abordar essa memória contada, principalmente, pelos grupos dominantes. Conforme alertou Assmann (2011, p. 75), é preciso “Lembrar para não repetir”.

Nesse contexto, por entender a memória e a contextualidade que a abrange, de forma dinâmica no tempo e no espaço, autores(as) da Ciência da Informação contribuem com estudos sobre a memória como um recurso social e econômico orientado para construir o presente, viabilizando o desenvolvimento social associado ao elemento da informação (GRIMALDI; ROSA; LOUREIRO; OLIVEIRA, 2019).

4 CONDIÇÃO DE SUBALTERNIDADE DA MULHER

O principal argumento para a manutenção das desigualdades entre homens e mulheres fundamentava-se nas características sexuais. Para além dessa definição do que é homem ou mulher, precisava-se compreender “sexo como um dado natural inelutável, que tinha feito homens e mulheres tais como os vemos, e passamos a falar em gênero [...] para entender como tínhamos chegado a ser o que somos” (NASCIMENTO, 1999, p. 33). Então, como forma de contrapor a esse argumento, foi preciso mostrar que o problema consiste na forma como o masculino e o feminismo são vistos, a forma cultural, social e histórica que os circundavam. Não se trata, porém, de renegar as condições biológicas, mas aceitar as forças dos discursos hegemônicos e as construções históricas em nossa sociedade. Conduz-se, dessa forma, o debate para o campo social, realçando o processo de formação dos conceitos que não surgiram prontos. Cabe também destacar a pluralidade da compreensão de gênero. Ao estudar e entender gênero como a reflexão das relações entre homens, mulheres e sociedade, é percebida, em estudos e pesquisas, uma assimetria nas relações, de forma a se criar uma categoria social baseada nas diferenças existentes entre ambos. Ou seja, a partir de algo natural, constrói-se uma cultura rígida, binária e bipolar entre e para os sexos (BUTLER, 2018). Por isso, a cultura é construída através de relações de poder, e o poder “não pode ser retirado nem recusado, mas somente deslocado” (BUTLER, 2018, p. 215).

Em um cenário ideal, o poder oscilaria de maneira orgânica e saudável de forma dinâmica. Em uma sociedade patriarcal, no entanto, predomina-se o poder masculino, de maneira excludente e violenta com o feminino. Isso ocasiona o fenômeno nomeado por Bourdieu (1999), como dominação masculina, em que a manutenção do poder se mantém de forma mascarada nas relações,

influenciando a concepção de mundo, ou seja, “uma relação desigual de poder comporta uma aceitação dos grupos dominados, não sendo necessariamente uma aceitação consciente e deliberada, mas principalmente de submissão pré-reflexiva” (BORDIEU, 1999). São necessárias, então, uma postura político-epistemológica de vigilância para entender e recusar esses pensamentos e, ainda, a constante reflexão e autocorreção quanto a estes fatores subjetivos por parte do(a) pesquisador(a) da temática. Quando falamos em mulheres, essa vigilância deve ser ainda mais imperativa, especialmente as que sofrem opressão de raça e classe: “relatar, ou, melhor ainda, participar do trabalho antissexista entre as mulheres negras ou as mulheres sob a opressão de classe no Primeiro ou no Terceiro Mundo está inegavelmente na ordem do dia” (SPIVAK, 2010, p. 85).

Nas redes sociais, as pautas feministas tendem a ser uma ferramenta que possibilita as mulheres a se expressarem e se tornarem visíveis em oposição às mídias tradicionais que majoritariamente tentam obliterá-las, agendá-las e aprisioná-las em um pretense mundo das mulheres (BUITONI, 1991). Além de maior visibilidade, uma das características do feminismo nas redes sociais é a possibilidade de mobilizar mulheres e transpor os espaços virtuais para espaços urbanos, nas ruas, defendida por Castells (2013) como ação preponderante.

4.1 FORMAÇÃO DO BRASIL E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

Para entender a base histórica que circunscreve o país, faz-se necessário revisitar aspectos do Brasil-Colônia, do século XVI ao XIX (1500-1822), porque ele traz pilares para o desenvolvimento posterior. A “descoberta” do Brasil foi um empreendimento comercial, com o genocídio das populações nativas, atividades extrativas e expansão da lavoura canavieira e o comércio de africanos(as). Assim, criaram-se as bases para uma cultura com sistemas de organização sociais em que os homens comandavam as mulheres. Nesse período, prevaleceu o aspecto de dominação e opressão que continuou durante muito tempo, com resquícios que insistem em permanecer e se enrobustecer na contemporaneidade.

No hemisfério ocidental, o Brasil foi o maior território escravocrata. Recebeu cerca de cinco milhões de africanos(as) – o que representa 40% do total dos que embarcaram para a América – em um período longo de exploração, com violência,

tortura e crueldade. Mesmo depois da abolição, em 1888, o país adotou políticas de controle de corpos negros que perduram até hoje, perpetuando o racismo. Podemos observar nas estatísticas que 75% das vítimas de homicídio são negras, e a maioria das pessoas encarceradas no Brasil é negra (PRESTES, 2020). É mister pontuar que, desde 1500, em especial, as mulheres indígenas e as negras escravizadas encampavam um notável papel na luta de resistência, como Dandara dos Palmares⁴, Zacimba Gaba⁵, Maria Crioula⁶, Zeferina⁷ e outras.

No Brasil-Reino, com a Constituição de 1824, não foi necessário negar direitos às mulheres, pois era evidente sua delimitação ao mundo privado das tarefas domésticas. As mulheres só eram citadas na condição de esposa do Imperador, princesas e suas filhas. A mulher não podia ser funcionária pública nem pertencia ao universo dos “cidadãos” (PRESTES, 2020). Três anos depois da Constituição, em 1827, o Brasil teve sua primeira grande lei educacional, que determinava que meninos e meninas deveriam estudar separados e com currículos diferentes. Não era permitido que mulheres estudassem multiplicação, números decimais, frações, e as poucas que podiam ir à escola não podiam aprender nada, além das quatro operações básicas. Nísia Floresta (Dionísia Gonçalves Pin) foi a fundadora da primeira escola para meninas no Brasil (PRESTES, 2020). É fundamental citar a relação da exclusão das mulheres brasileiras no sistema de ensino, pois contribuiu diretamente para a demora em conquistar direitos políticos e cidadania em geral.

⁴ Apesar de poucos registros historiográficos oficiais sobre ela, sabe-se que viveu no Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, no estado de Alagoas, e que lutou e desafiou o sistema colonial escravista por quase um século. Ela participava também da elaboração das estratégias de resistência do quilombo. Além de lutar, participava de atividades cotidianas em Palmares, como a caça e a agricultura (NASCIMENTO, 2019).

⁵ Integrante da Monarquia, foi sequestrada em Cabinda, na África, e colocada em uma fazenda no Espírito Santo. Lutou para conseguir fugir dali. Durante anos, lutou em alto-mar para libertar negros e negras que eram sequestrados(as) (ARAUJO, 2018).

⁶ Escravizada e quilombola, foi considerada uma das maiores fugas de escravos da região fluminense. Foi aclamada “rainha” do quilombo formado pelos fugitivos, na Serra da Mantiqueira. Foi presa quando do ataque por tropas da Guarda Nacional, no entanto, resistiu bravamente (NASCIMENTO, 2019).

⁷ A líder Zeferina, inconformada com a exclusão social de seu povo negro e entusiasmada pelo poder de herança de ancestralidade, pelo conhecimento de raiz da cultura matrilinear angolana, pelo profundo conhecimento histórico de resistência e pela tradição de quilombolas e guerreiras, viveu e lutou pelo sonho de liberdade (BARBOSA, 2005).

Em 1831, José Bonifácio apresentou um projeto de reforma eleitoral que propunha, no art. 3º, que mulheres chefes de família (viúvas ou separadas) pudessem votar. O projeto previa que: “As mães de família viúvas, ou separadas de seus maridos, que reunirem as condições necessárias para o exercício do direito de eleger nas assembleias primárias, poderão dar seu voto por intermédio de um de seus filhos, genros, netos ou qualquer parente, em falta deles” (PINTO 2010, p. 19). Mas o projeto não foi aprovado.

Por outro lado, no Ato Adicional (à Constituição) de 1834, nada foi alterado em relação às mulheres. Em meados do século XIX, no Brasil e no mundo, houve luta pela abolição da escravatura (desde Olympe), pelo direito à educação das mulheres e ao início do sufrágio feminino (PRESTES, 2020).

Na segunda metade do século XIX, as bandeiras políticas que sustentavam os movimentos eram o abolicionismo e o sufrágio. Muitas aderiram também ao republicanismo com a esperança de ganhar o direito ao voto. No Brasil, o sufrágio chegou antes da República Velha, liderado por mulheres urbanas, instruídas e de classe média, mas operárias e mulheres pobres também participavam, dando “formato e cor à cultura política [...] as mulheres, algumas declaradamente feministas, tiveram uma atuação importante na luta pela ampliação da noção e dos direitos da cidadania” (NASCIMENTO, 2018, p. 2). Mesmo que de maneira parcial, no período de 1891 a 1932, as mulheres conseguiram, finalmente, o direito de votar. Nesse período, o sufrágio floresceu, com o feminismo burguês e o feminismo socialista (PRESTES, 2020). Muitas vezes, por não terem suas pautas e reivindicações levadas em consideração, as mulheres divulgavam suas ideias por meio de reuniões, jornais, explicativos e da arte, de maneira geral, e aproveitavam as greves e os periódicos sindicalistas e anarquistas para manifestar sua luta, suas conquistas e suas carências (PRESTES, 2020).

Com a redemocratização do Brasil e a superação mundial dos efeitos da Segunda Guerra, no ano de 1945, a luta das mulheres foi marcada pelas discussões sobre maternidade, casamento e dedicação ao lar. A brasileira Bertha Lutz destacou-se ao “liderar o grupo de delegadas brasileiras que defendeu direitos das mulheres” na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1945, em São Francisco (PRESTES, 2020).

No Brasil, com a Constituição de 1946, o dever de votar para homens e mulheres tornou-se igualitário e foi regulamentado pelo Código Eleitoral de 1965. O Estado compeliu os homens a votar, mas não se achou no direito de fazer o mesmo com as mulheres, uma vez que “[...] a Constituição de 1946 e o Código Eleitoral de 1950 – reafirma essa discriminação, que só deixa de vigorar com o Código Eleitoral de 1965. No período, há apenas uma mudança: a partir de 1934, o voto feminino voluntário fica restrito às mulheres sem renda própria, isto é, às donas de casa” (LIMONGI; OLIVEIRA; SCHMITT, 2019, p. 2).

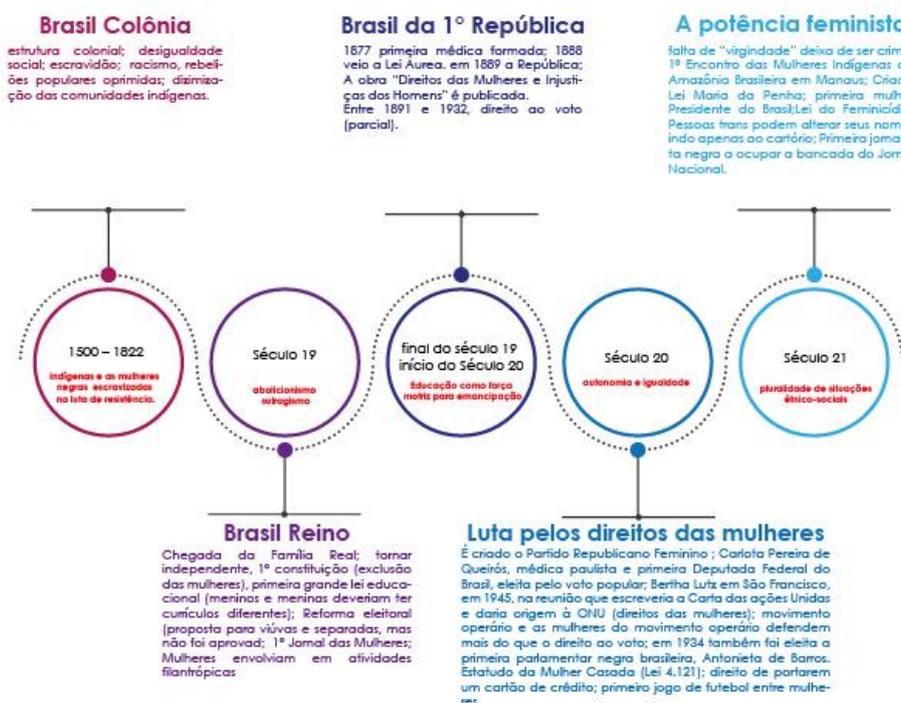
Na década de 1960, o movimento incorporou questões sobre acesso a métodos contraceptivos, saúde preventiva, proteção à mulher contra violência doméstica, equiparação salarial, combate ao assédio, entre outros temas pertinentes até hoje. Em 1970, as mulheres marcavam presença na cena política nacional, principalmente em mobilizações contra a carestia, pela anistia e pela redemocratização do país. Reuniam-se mulheres pobres ou de classe média, organizadas com associações de bairros, sindicatos, na busca de melhores condições de vida (GOIRAND, 2009).

Na década de 1980, surgiram os grupos feministas em ambientes acadêmicos, ancorados no “Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, e em pesquisas de ciências humanas e educação realizadas nas grandes universidades do país, em algumas das quais surgiram os Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher” (FACHINI; CARMO; LIMA 2020). Em 1990, houve um aumento das organizações não governamentais (ONGs). De acordo com estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 62% das ONGs foram criadas a partir de 1990, e novas formas de pensamento e movimento feminista se formaram, como, por exemplo, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CCFMEA), criado em 1989, e as ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE), que possibilitaram a organização de redes nacionais de articulação feminista. Na Paraíba, foram fundadas as ONGs Cunha Coletivo Feminista e Centro da Mulher 8 de Março, em 1990.

Nas décadas de 1980 e 1990, os temas sobre as produções acadêmicas se ampliaram e foram desenvolvidos estudos com foco na atuação das mulheres na vida social e nas formas multifacetadas de resistir à dominação masculina e de classe,

como a capacidade de lutar, de participar e de se transformar (RAGO, 2009). Em 2000, a luta do movimento feminista estendeu-se às manifestações que denunciavam a violência doméstica, defendiam a legalização do aborto e, “no interior dessas e de outras tensões, envolviam, principalmente, mulheres negras e lésbicas” (GONZALEZ, 1988, p. 13). Nessa época, havia mais preocupação em reconhecer as mulheres com diferentes formas de opressão. Houve o crescimento de grupos de mulheres negras, lésbicas, jovens, com deficiência, indígenas e quilombolas. Segundo Fachini, Campo e Lima (2020, p. 8), o ápice do processo de “cidadanização” se dá nos anos 2000, com a criação de estruturas de gestão dedicadas a políticas para mulheres, igualdade racial e combate à homofobia, além da convocação de conferências, em âmbitos municipal, estadual e federal, destinadas a embasar a formulação e a avaliação de políticas públicas. Conhecer a formação do Brasil e a história de luta das mulheres facilita compreender os motivos por que resistiam e lutavam para romper com a tradição cultural que impôs condições de subalternidades. A figura 1 apresenta a síntese dos períodos históricos comentados:

Figura 1 – Períodos históricos do Brasil aliados à luta das mulheres



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No Brasil, o Movimento Feminista contribuiu significativamente para reverter a desigualdade de gênero, com conquistas parciais e progressivas. Assim, foi vista também a relação entre a história das lutas das mulheres e os processos de mudanças econômicas e sociais que ocorreram no Brasil.

5 COLETIVOS FEMINISTAS EM FOCO

As ideias centrais, destacadas em negrito, foram retiradas das ECHs e dos dados discursivos, dos quais extraímos sete categorias.

Quadro 1 - Como você era antes? O que aconteceu desde então?

<p>Categoria 1: Conhecimento de outras mulheres</p> <p>Categoria 2: União e diálogo</p> <p>Categoria 3: Ocupar espaços nas redes sociais para ser ouvidas</p> <p>Categoria 4: Informação e conhecimento teórico</p>
<p>Discurso do Sujeito Coletivo: Eu não conhecia mulheres latinas, sabe? Eu só conhecia o que vinha da Europa, só conhecia o feminismo europeu. Eu acho que a principal mudança no quesito de posicionamento, sabe? A gente via todos os absurdos que sempre aconteceram. A desigualdade salarial, o estupro ou o feminicídio. Eu sempre vi aquilo. Mas justamente por ser uma área muito polêmica, por ser uma área muito delicada. Eu preferia me abster e não me envolver. Não opinar. E aquilo foi incomodando porque você sente que você faz parte daquilo. Se fosse simplesmente nas minhas redes sociais, eu não teria essa visibilidade. Tendo uma plataforma, torna-se possível essa construção de um lugar em que a gente seja ouvida, que a gente possa falar e ser ouvida e dialogar, né. Eu acho que o diálogo é muito importante, então poder ter esse diálogo com pessoas que estão ali abertas para falar. Eu passei a conhecer muitas mulheres artistas, também escritoras assim. Mulheres que vêm de áreas completamente diferentes e agregam muito. Eu entendi por essa minha atitude de vergonha, que a gente é socializada assim, de ter vergonha de ocupar um lugar, de ter vergonha de levantar sua voz, de sempre achar que está incomodando. Hoje em dia, eu não acho que estou incomodando, assim. Acho que eu estou muito mais equilibrada de poder me expressar melhor.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os discursos analisados revelam que as mulheres enfrentavam alguns obstáculos, como timidez e vergonha, medo de usar a voz para serem ouvidas, pois, “se o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 70).

Para isso, é preciso reestruturar uma nova paisagem sociocultural, para que os indivíduos de grupos subalternos se encontrem em rede, conscientizem-se e colaborem com a luta de causas sociais com mais rapidez e abrangência.

Diante do contexto social marcado por padrões e comportamentos que impõem condições de subalternidade às mulheres, elas encontram dificuldades de se posicionar. Porém por meio da troca de informações com outras mulheres com diferentes vivências, sejam artistas, escritoras, publicitárias, professoras, dançarinas, engenheiras e tantas outras, encontram forças para ocupar espaços, nesse caso, o *Instagram*, como local onde podem falar e serem ouvidas, a partir de suas histórias e de suas linguagens.

De acordo com o discurso, pela dinamicidade do *Instagram*, elas encontram um espaço seguro para exercitar o diálogo e se posicionar, tornando-se mulheres mais fortes e empoderadas. Isso fortalece sua identidade como mulher, porque a diminuição do sujeito tradicional racional masculino e europeu, aliado à descentralização da informação e das identidades no *Instagram*, oferece possibilidades para que a mulher possa construir as próprias identidades, “refletindo sua heterogeneidade e uma mudança no destaque de gênero em suas vidas (SAMPAIO; ARAGON, 2002, p. 76).

A criação e o gerenciamento do coletivo colaboram para que as mulheres consigam construir um lugar de memória com as próprias linguagens e produzir um conteúdo contra-hegemônico. Isso implica, fundamentalmente, um processo político coletivo e individual ao longo da vida. Buscamos entender, portanto, os empecilhos encontrados pelas mulheres:

Quadro 2 - Teve ajuda ou empecilhos para chegar até aqui? Quais?

Categoria 5: Decisões e posicionamentos de esquerda
Discurso do sujeito coletivo: Para mim, eu acho que não, porque foi uma decisão própria. Eu entendo que tem mulheres que passam por empecilhos maiores, famílias muito conservadoras, problemas até com o marido que impede que a mulher se exponha, mas no meu caso eu realmente decidi. Por causa de algumas participantes, eu tive um pouco de dificuldade. No <i>Instagram</i> , a gente tem mais de mil seguidores, mas geralmente aparece menos de 10 participantes nos encontros. Então, assim, isso a gente fica pensando no que a gente pode fazer pra levar isso pra mais lugares para mais gente, né? Notoriamente nós somos de esquerda. Mas se a gente chegar à publicação no <i>Instagram</i> que faz uma crítica ao

atual governo e ver pessoas de direita “descurtir” com a gente é interessante essa discussão, sabe? A gente não se abstém disso.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os posicionamentos e os conteúdos produzidos pelo coletivo demonstram o caráter político de esquerda e oposição ao atual governo de Bolsonaro, além da luta e da formação de grupos sociais, pregando uma economia mais justa e solidária, com maior distribuição de renda e interferência do Estado. No Brasil, com a polarização política atual, a democracia fica comprometida, pois perde o respeito às regras comuns de reconhecimento da legitimidade dos adversários, a tolerância e o diálogo. O atual governo trata os “adversários” como inimigos, portanto, o diálogo não é incentivado e, muitas vezes, até condenado. É pertinente lembrar que a origem do feminismo brasileiro é de um feminismo de esquerda: “os grupos feministas estavam articulados às diversas organizações de influência marxista, clandestinas à época, e nasceram fundamentalmente comprometidos com a oposição à ditadura e com as lutas “pelas liberdades democráticas” e pela anistia” (SARTI, 2001, p. 31).

O movimento feminista, sobretudo, tem sofrido ataques diretos, e o pensamento social e político do governo e de seus apoiadores segue com ofensas em relação a gênero, piadas sexistas e objetificação da mulher, fundamentadas em princípios religiosos ligados ao conceito de família e de mulher como cuidadora da casa e dos filhos.

Sempre que as mulheres parecem ter algum sucesso na sua marcha rumo à igualdade, surge uma inevitável geada atrapalhando o florescimento do feminismo. ‘O progresso dos direitos da mulher na nossa cultura, ao contrário de outros tipos de ‘progresso’, sempre foi estranhamente reversível’, observou a estudiosa de literatura americana Ann Douglas [...] ‘Enquanto os homens prosseguem no seu desenvolvimento, construindo sobre tradições herdadas’, escreve a historiadora Dale Spender, ‘as mulheres ficam confinadas em ciclos contínuos de recomeço’ (FALUDI, 2001, p. 65).

Apesar de a literatura indicar a possibilidade de grupos mobilizarem e transporem os espaços virtuais (CASTELLS, 2013), o discurso nos mostra a dificuldade que os coletivos sentem de trazer mais pessoas para os encontros físicos. Isso se deve ao fato de que não é necessário somente decidir participar,

porque muitas mulheres não têm as mesmas oportunidades e facilidades e, às vezes, sequer acesso à informação ou por terem familiares conservadores.

Devido à facilidade de proporcionar acesso e compartilhamento, o *Instagram* viabiliza o agenciamento coletivo, a consciência, a emancipação e a autonomia. Assim, contribui para reduzir as desigualdades sociais e promover o empoderamento das mulheres.

Quadro 3 - Quais as qualidades do coletivo? De que forma isso afeta você?

Categoria 5: Razão e emoção para alcance de mais representatividade.
Discurso do sujeito coletivo: A receptividade de quando você entra e isso contribuiu pra você acolher outras mulheres, a gente tem a oportunidade de participar de todas as funções dentro da coletiva, não tem algo que só alguém pode fazer. Porque o fato de a gente estar entre mulheres muito diferentes, é importante para quem está fora porque se sente representada, né? A gente tem mulheres negras, mulheres gordas, mulheres trans, muita flexibilidade. A gente tem essa união entre razão e emoção e conseguir juntar essas duas coisas o conhecimento, a afetividade, a emoção, o carinho, mas também uma razão que está ali que realmente isso é político. Isso é acontece, o que a gente faz a partir disso é o que define melhor.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quando entram no coletivo, as mulheres se sentem bem acolhidas por outras integrantes, e isso lhes dá a oportunidade de conhecer o coletivo como um todo, de mostrar suas habilidades e competências e de absorver seu conhecimento e sua cultura. Por meio das diferentes vivências e das experiências sociais das mulheres, o coletivo traz para as mulheres a reflexão como um posicionamento do agir político, pensado de forma plural para que possa garantir as diferenças nas relações de poder, vivenciadas entre mulheres com interesses diversos e, até, contraditórios.

Compreende que a luta pela pluralidade humana não se limita à compreensão da existência da bicategorização hierárquica de sexo, mas deve tratar da construção homogeneizadora e da categoria normativa das mulheres, para expor as diversas experiências das mulheres, as suas diferentes formas de assujeitamento, a diversidade das condições de vida e das relações de poder

das mulheres que as faz alcançar a liberdade de forma desigual (ESMERALDO, 2006, p. 15).

O coletivo proporciona reflexões sobre ações feministas que pressupõem um projeto além de uma via única, mas uma reunião de solidariedades a se construir, por meio da razão e da emoção, entendendo as múltiplas mulheres e suas dimensões.

Quadro 4 - Quais desafios? De que forma isso afeta você?

Categoria 6: Dificuldade de alcançar público maior Categoria 7: Divergência de opiniões
Discurso do Sujeito Coletivo: Às vezes não aceitam outras opiniões. A gente se sente um pouco insegura. Será que isso vai ser bem visto? Será que isso vai ser bem aceito? Falta a gente conseguir alcançar um público maior Muitas vezes se veem nos atributos do dia a dia, principalmente nós mulheres, muito atribuladas e a gente não consegue separar um tempo para nós mesmas. Gente que cuida da casa, dos filhos, do marido, da companheira, da família, do trabalho, enfim. São jornadas muito intensas.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No pensamento da sociedade idealizada por homens, são atribuídas às mulheres demandas fundamentalmente da esfera privada, como cuidar dos(as) filhos(as) e/ou arrumar a casa, às vezes, de maneira exclusiva, às vezes, acumulando diversas funções, pois, além dos afazeres domésticos, elas executam atividades laborais. Isso provoca uma jornada muito intensa e cansativa e pode desestimulá-las a participarem do coletivo.

De acordo com os dados do IBGE (2019), ao somar a jornada no mercado de trabalho com os afazeres domésticos, a jornada feminina semanal resulta, em média, em 56,4 horas, superior em quase cinco horas à masculina. Fazendo o recorte para o estado da Paraíba, o total de horas trabalhadas por mulheres é de 56,3, enquanto a dos homens é de 49,5. Além disso, as mulheres ainda se sentem inseguras para se posicionar de maneira assertiva, com medo de julgamentos e das opiniões diferentes.

Os coletivos, de acordo com a análise anterior, incitam a oportunidade de diálogo entre as participantes para que, apesar de opiniões contraditórias, possam se unir e construir um mundo mais justo, com ações feministas que abordem as diversas facetas das mulheres. Dessa forma, conseguem atingir um

público maior, principalmente na cidade de João Pessoa, já que um objetivo dos coletivos é movimentar o cenário local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva teórica, o foco da pesquisa foram três eixos que se entrelaçam, tendo a informação como objeto de estudo sob o caráter social. O primeiro eixo trata-se das mulheres feministas, como atrizes sociais que buscam espaços de memórias para serem ouvidas; o segundo eixo diz respeito à identidade que se relaciona intrinsecamente e que vem sendo afetada por esses novos comportamentos (POLLAK, 1992) e o terceiro eixo são as noções de gênero, feminismo e interseccionalidade.

Ao longo desta pesquisa, foi possível observar as construções de marcações simbólicas e o discurso histórico, o científico e o político que serviram para legitimar as relações de opressão e os modelos sociais que privilegiam o sujeito eurocêntrico, masculino e branco, que impõe condições de subalternidade às mulheres. Em observância à existência dessas marcações simbólicas, é essencial a organização de mulheres adentrando a esfera política e elaborando ações de resistência que interfiram e alterem substancialmente os campos políticos, sociais e econômicos.

Ao designar um espaço em que sujeitos subalternos possam falar, sejam mulheres negras, trans ou lésbicas, viabilizando a continuidade, a comunicação efetiva para que as experiências do lugar de memória sejam transmitidas, através dos significados dos conteúdos, as mulheres encontram suporte para formar sua identidade, portanto, é um elo entre elas e a memória coletiva.

O espaço de trocas, inclusive com mulheres invisibilizadas e pouco representadas pelas grandes mídias, contribuiu para a construção e o fortalecimento da identidade feminista, não só das responsáveis, mas também das participantes dos coletivos, conforme mostram os relatos. Isso fortaleceu a ideia do coletivo como um espaço de memória que contempla três instâncias: “material, simbólica e funcional” (NORA, 1993, p. 21). É material por seu conteúdo demográfico; simbólica, por definição, porque se caracteriza por um

acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número de pessoas; e funcional, por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão (NORA, 1993, p. 22).

REFERÊNCIAS

- AQUINO, M. de A. Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural. **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 2, 2010.
- ARÉVALO, M. C. da M. **Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto**. Mariana/MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2004.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.
- BARBOSA, Silvia. O poder de Zeferina no Quilombo do Urubu. **identidade!**, [S. l.], v. 7, n. 7, p. 24-30, 2005.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUFREM, L. S.; NASCIMENTO, B. S. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-214, 2012.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BROOKES, B. C. The foundations of information science. Part IV. Information Science: the changing paradigm. **Journal of Information Science**, [S. l.], v. 3, p. 3-12, 1981.
- CANDAU, V. M. F. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, p. 235-250, 2012.
- CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., Belo Horizonte, 2003. **Anais [...]** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/ENANCIB_p.htm
Acesso em: 3 nov. 2019.
- CAPURRO, R. **Epistemology and Information Science**. Stockholm: Royal Institute of Technology Library, 1985.

CARDINI, F. **A memória coletiva no pensamento de M. Halbwachs.**

Conferência proferida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em 10 de novembro de 1993.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CÔRTEZ, G. R.; ALVES, E. C.; SILVA, L. K. R. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 8, n. 5, p. 9-77, 2015.

FALUDI, S. **Backlash: O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres.** Tradução de Mário Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FACCHINI, R.; CARMO, Í. N. do; LIMA, S. P. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, 2020.

FREIRE, I. M. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 58-67, 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1141>. Acesso em: 28 mar. 2020.

GRIMALDI, S. S. L.; ROSA, M. N. B.; LOUREIRO, J. M. M.; OLIVEIRA, B. F. de. O patrimônio digital e as memórias líquidas no espetáculo do Instagram. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 4, p. 51-77, 2019. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/3340>. Acesso em: 20 abr. 2020.

GOIRAND, C. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 323-354, 2009.

GONZALEZ, L. Por un feminismo afrolatinoamericano. **Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-41, 1988.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Edições Vértice, 1990.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa; desdobramentos.** Porto Alegre: EDUCS, 2003.

LIMONGI, F.; OLIVEIRA, J. de S.; SCHMITT, S. T. Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], v. 27, n. 70, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/72814>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos e imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613>. Acesso em: 20 nov. 2019.

NASCIMENTO, A. C. A Cruzada Feminista Brasileira e a cultura política em Pernambuco (1927-1932). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44481/37103>. Acesso em: 22 nov. 2019.

NASCIMENTO, E. da S. do. **Não se nasce mulher negra, torna-se**: resistindo a perspectiva de gênero. 2019. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2019.

NASCIMENTO, M. G.; OLIVEIRA, E. B. Mulher e gênero na produção científica da Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANCIB, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/499>. Acesso em: 22 nov. 2019.

NASCIMENTO, P. "**Ser Homem ou Nada**": Diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP, 1993. n. 10, p. 12.

OLIVEIRA, H. P. C.; OLIVEIRA, B. M. J. F.; SILVA, J. M. D. Memória, memória eletrônica e memória digital nas ecologias informacionais complexas. **Revista InterScientia**, João Pessoa, v. 3, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/interscientia/article/view/9/7>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PRESTES, A. A. Formação Patriarcal do Brasil e a Luta Feminista Atual. *In*: "**Para Entender o Brasil e o Mundo**", 12., 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DueulVDNXdg&t=1910s>. Acesso em: 20 dez. 2020.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAGO, M. Relações de Gênero e Classe Operária no Brasil, 1890-1930. *In*: PISCITELLI, A.; MELO, H. P. de; MALUF, S. W.; PUGA, V. L. (org.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2009.

SAMPIAO, A.; ARAGÓN, J. Feminismos Filtrados: Regulamento de Corpos das Mulheres em Ciberespaço. *In*: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (orgs.). **Internet e Política: a Teoria e Prática da Democracia Electronica**. Belo Horizonte: UFMG, 2022, pp. 73-102.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996. Disponível em:
http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/08/pdf_fd9fd572cc_0011621.pdf.
Acesso em: 4 set. 2019.

SARTI, C. A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 16, p. 31-48, 2001.

SILVA, A. P. C.; CAVALCANTE, L. E.; NUNES, J. V. Informação e memória: aproximações teóricas e conceituais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 23, n. 52, p. 95-106, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v23n52p95/36463>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

INFORMATION AND MEMORY AS A FORM OF RESISTANCE: ANALYSIS FROM FEMINIST COLLECTIVES

ABSTRACT

Objective: To analyze how the dynamics of memory construction strategy, mobilized by feminist collectives located in the city of João, contribute to resisting the subordinate conditions imposed on women. **Methodology:** The methodological path is developed from semi-structured interviews, carried out in November 2020, with women participating in the collective. For data treatment and analysis, the collective subject discourse analysis (DSC) is used. **Results:** The results allow us to state that feminists use information and memory as an imperative for the relationship of political and social subjectivity with awareness actions, promoting women's empowerment. **Considerations:** Information as a power device is essential to promote gender equity and the individual and collective empowerment of women.

Descriptors: Information. Memory. Resistance. Feminist Collectives.

LA INFORMACIÓN Y LA MEMORIA COMO FORMA DE

RESISTENCIA: ANÁLISIS DE COLECTIVOS FEMINISTAS

RESUMEN

Objetivo: Analizar cómo la dinámica de la estrategia de construcción de memoria, movilizadora por colectivos feministas ubicados en la ciudad de João, contribuye a resistir las condiciones de subordinación impuestas a las mujeres. **Metodología:** El recorrido metodológico se desarrolla a partir de entrevistas semiestructuradas, realizadas en noviembre de 2020, con mujeres participantes en el colectivo. Para el tratamiento y análisis de datos se utiliza el análisis colectivo del discurso del sujeto (DSC). **Resultados:** Los resultados nos permiten afirmar que las feministas utilizan la información y la memoria como un imperativo para la relación de la subjetividad política y social con acciones de sensibilización, promoviendo el empoderamiento de las mujeres. **Consideraciones:** La información como dispositivo de poder es fundamental para promover la equidad de género y el empoderamiento individual y colectivo de las mujeres.

Descriptores: Información. Memoria. Resistencia. Colectivos Feministas.

Recebido em: 26.08.2021

Aceito em: 14.07.2022